



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE**

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE FORMA CONTÍNUA, DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DO SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO, INSTALADO NO PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E/OU ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO NOVOS, SEM USO E COMPATÍVEIS.

1. DA INTRODUÇÃO

- 1.1. Este Termo de Referência estabelece as condições para contratação de empresa especializada na prestação de forma contínua dos serviços de manutenção corretiva e preventiva do sistema de radiocomunicação instalado no Parque Nacional de Ilha Grande, Unidade de Conservação - (UC) Apoiada pela Unidade Avançada de Administração e Finanças Foz do Iguaçu - UAAF-FI/ICMBio, constante no item 4 deste Termo de Referência. Ressaltamos que a presente contratação inclui o fornecimento de peças e/ou acessórios de reposição, novos, sem uso e compatíveis.
- 1.2. Cumpre esclarecer que a contratação dos serviços acima descritos têm como respaldo legal o disposto na Portaria nº. 228/DIPLAN/ICMBio de 11/05/2012, publicada no Boletim de Serviço do ICMBio em 11/05/2012, a qual institui a nova distribuição das Coordenações Regionais, Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação e suas Bases e Unidades de Conservação por UAAF, passando a Unidade Avançada de Administração e Finanças - UAAF-FI/ICMBio a apoiar trinta e nove Unidades de Conservação e uma Coordenação Regional, sendo: CR 9 – Florianópolis/SC, APA de Anhatomirim, APA da Baleia Franca, APA de Guaraqueçaba, APA de Ibirapuitã, APA Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, ARIE Pontal dos Latinos e Pontal do Santiago, ARIE Serra das Abelhas Rio da Prata, ESEC da Mata Preta, ESEC de Aracuri-Esmeralda, ESEC de Carijós, ESEC de Guaraqueçaba, ESEC do Taim, FLONA Açungui, FLONA Caçador, FLONA Canela, FLONA Chapecó, FLONA Ibirama, FLONA Irati, FLONA Passo Fundo, FLONA Piraí do Sul, FLONA São Francisco de Paula, FLONA Três Barras, PARNA da Lagoa do Peixe, PARNA Serra de Itajaí, PARNA Araucárias, PARNA de Aparados da Serra, PARNA Ilha Grande, PARNA São Joaquim, PARNA de Serra Geral, PARNA Iguaçu, PARNA Superagui, PARNA dos Campos Gerais, PARNA Saint Hilaire/Lange, RVS da Ilha dos Lobos, RVS Campos de Palmas,

REBIO das Araucárias, REBIO Perobas, REBIO Marinha do Arvoredo, RESEX Pirajubaé.

- 1.3 Destaca-se que o sistema de radiocomunicação é imprescindível para o desenvolvimento efetivo de atividades de administração e manejo do Parque Nacional de Ilha Grande - UC Apoiada pela UAAF-FI/ICMBio.
- 1.4 Assim, o presente Termo de Referência tem por objetivo definir o conjunto de elementos técnicos que nortearão o procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada na prestação de forma contínua dos serviços acima elencados, para atender a demanda do Parque Nacional de Ilha Grande.

2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1 A UAAF- FI/ICMBio tem envidado esforços para atender as necessidades das UC's apoiadas, visando uma gestão eficiente e eficaz com vistas a atingir as metas institucionais. Para que essas metas sejam alcançadas, as manutenções corretiva e preventiva do sistema de radiocomunicação instalado no Parque Nacional de Ilha Grande assume um papel fundamental.
- 2.2 Ressalta-se que o pleno funcionamento do sistema de radiocomunicação instalado no Parque Nacional de Ilha Grande permitirá a continuidade da comunicação entre a sede e as equipes de trabalho em campo, garantindo a efetividade das atividades de administração e manejo da referida UC.
- 2.3 Diante disso, justifica-se a necessidade de se contratar empresa especializada para prestação de forma contínua dos serviços de manutenção corretiva e preventiva do sistema de radiocomunicação instalado no Parque Nacional de Ilha Grande, visto que a Unidade não possui técnicos especializados para realização desse tipo serviço e que interrupções no sistema podem causar paralisação nas atividades do Parque.

3. DA ADOÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO E DA DEFINIÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS

- 3.1 A adoção do pregão como modalidade de licitação para a contratação do objeto em tela, consiste do fato dos serviços enquadrarem-se na categoria de serviços comuns. Pela definição legal consideram-se comuns *“aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”* *Parágrafo único do Art. 1º da Lei 10.520/05.*
- 3.2 A concisão dessa definição torna necessária a análise de entendimento de doutrinadores sobre essa questão:

3.2.1 Para Marçal Justen Filho, *“o bem ou serviço é comum quando a Administração não formula exigências específicas para uma contratação determinada, mas se vale dos bens ou serviços tal como disponíveis no mercado”* (Pregão: Comentários a Legislação do Pregão Comum e Eletrônico - 4a ed., São Paulo: Renovar, 2005, p. 26). Aduz ainda o doutrinador: *“bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível a qualquer tempo, num mercado próprio”*.

3.2.2 Jessé Torres Pereira Junior observa que: *“Em aproximação inicial do tema, pareceu que ‘comum’ também sugeria simplicidade. Percebe-se, a seguir, que não. O objeto pode portar complexidade técnica e ainda assim ser ‘comum’, no sentido de que essa técnica é perfeitamente conhecida, dominada e oferecida pelo mercado. Sendo tal técnica bastante para atender às necessidades da Administração, a modalidade pregão é cabível a despeito da maior sofisticação do objeto. PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. 6 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p.1006.”*

3.3 Diante do exposto, amparada pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/05 e Decreto 3.931/01, a presente contratação se faz possível na modalidade pregão visto que os serviços objeto do presente Termo de Referência se amoldam ao conceito de serviços comuns.

4. DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1 A contratação dos serviços obedecerá ao disposto:

- na aplicação da Lei nº. 8.666 de 21.06.93 - Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- na Lei nº. 10.520 de 17.07.02 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- no Decreto nº. 2.271 de 07.07.97 - Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências (terceirização);
- no Decreto nº. 3.555 de 08.08.00, com suas alterações posteriores - Regulamenta para a modalidade de licitação denominada pregão, a aquisição de bens e serviços comuns;

- no Decreto nº. 3.722 de 09.01.01 - Regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- no Decreto nº. 5.450 de 31.05.05 - Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- na Instrução Normativa SLTI/MP nº. 02 de 30.04.08 com as alterações dada pela Instrução Normativa 03, de 16 outubro de 2009, Instrução Normativa 04, de 11 de novembro de 2009 e Instrução Normativa 05, de 18 de dezembro de 2009 - Disciplina a contratação de serviços a serem executados de forma indireta e contínua, celebrados por órgãos ou entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG. (terceirização), e demais normas e/ou dispositivos que regem a matéria;
- na Lei nº 8.078, de 11.09.90 – Código de Defesa do Consumidor;
- na Instrução Normativa nº 01/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 19.01.2010 – Dispõe os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e dá outras providências;
- na Instrução Normativa SLTI/MP nº. 02 de 11.10.10 - Estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG;
- na Portaria Normativa SLTI/MP Nº 27 de 10.11.2010 – Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos inscritos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e os órgãos integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SIASG, quando da utilização do SICAF, após sua reestruturação.

5. DO OBJETO

- 5.1 Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de manutenção corretiva e preventiva do sistema de radiocomunicação instalado no Parque Nacional de Ilha Grande, incluindo o fornecimento de peças e/ou acessórios de reposição novos, sem uso e compatíveis conforme descrições a seguir:

5.1.1 MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DO SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE

5.1.1.1 Sede Administrativa

Endereço: Rua Barão do Rio Branco, nº 787, Bairro Vila Velha - Guaíra/PR

Nº	Serviço		Equipamentos		Local de instalação
	Descrição	Qtd Estimada Anual	Descrição	Qtde	
01	Chamada Técnica	1	Estação de Rádio Link	01	Sede Administrativa Coordenadas: 24° 05' 02.81" S 54° 15' 44.43" O
02	Hora Técnica	2			
03	Manutenção Preventiva	4			
04	Chamada Técnica	1	Estação de Rádio Móvel	06	Sede Administrativa Coordenadas: 24° 05' 02.81" S 54° 15' 44.43" O.
05	Hora Técnica	6			
06	Manutenção Preventiva	4			
07	Chamada Técnica	1	Estação de Rádio Móvel Marítima	03	Sede Administrativa Coord: 24° 05' 02.81" S 54° 15' 44.43" O
08	Hora Técnica	4			
09	Manutenção Preventiva	4			
10	Chamada Técnica	1	Rádios Portáteis tipo Walk Talkie	31	Sede Administrativa Coordenadas: 24° 05' 02.81" S 54° 15' 44.43" O
11	Hora Técnica	20			
12	Manutenção Preventiva	4			

5.1.1.2 Posto em Naviraí/MS

Endereço: Rodovia MS, 489, Posto Estadual Foz do Rio Amambaí – Naviraí/MS

Nº	Serviço		Equipamentos		Local de instalação
	Descrição	Qtd Estimada Anual	Descrição	Qtde	
13	Chamada Técnica	1	Estação de Rádio Repetidora	01	Rodovia MS, 489 Posto Estadual Foz do Rio Amambaí. Naviraí/MS. Coordenadas: 23° 19' 32.48" S 53° 49' 14.44" O
14	Hora Técnica	2			
15	Manutenção Preventiva	4			

5.2 DOS EQUIPAMENTOS DE RADIOCOMUNICAÇÃO

5.2.1 Os equipamentos que compõem o sistema de radiocomunicação instalado no Parque Nacional de Ilha Grande estão localizados conforme mapa constante do **Documento I/A** deste Termo de Referência.

5.2.2 Os serviços de manutenção corretiva e preventiva do sistema de radiocomunicação instalado no Parque Nacional de Ilha Grande contemplarão os equipamentos relacionados no **Documento I/B** deste Termo de Referência.

6. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

6.1 Os serviços de manutenção corretiva e preventiva deverão ser realizados por técnicos especializados, com emprego de técnica aperfeiçoada e ferramentas adequadas para o tipo de equipamento, conforme especificado nos itens seguintes.

6.2 Da manutenção corretiva

6.2.1 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a remover os defeitos apresentados pelos equipamentos, compreendendo, se for caso a substituição de peças e/ou acessórios para a execução de reparos necessários, bem como os serviços de remoção, instalação, reinstalação e outros serviços pertinentes.

6.2.2 Os serviços de manutenção corretiva, quando necessários serão solicitados pelo Parna Ilha Grande, através do envio de Solicitação de Serviço, conforme subitem 21.2.1 deste Termo de Referência.

6.2.3 Os serviços de manutenção corretiva serão executados mediante chamada técnica e hora técnica, conforme especificados nos subitens 6.2.8. e 6.2.9 deste Termo de Referência.

6.2.4 A empresa a ser Contratada prestará o serviço de acordo com as normas e especificações técnicas constantes de cada equipamento, conforme Documento I/B deste Termo de Referência.

6.2.5 Caso verifique-se na manutenção corretiva a necessidade de substituição de peças, a empresa a ser Contratada deverá apresentar uma cotação, na forma do item 7 deste Termo de

Referência, sendo que a troca das peças somente será executada após a aprovação da cotação pelo fiscal do contrato

- 6.2.6 Os equipamentos removidos para manutenção corretiva ou troca de peças e/ou acessórios, deverão ser substituídos por outros de propriedade da empresa a ser Contratada, os quais deverão ser do mesmo modelo ou similar, a fim de não comprometer o funcionamento do sistema de radiocomunicação.
- 6.2.7 Os equipamentos removidos deverão ser reparados e recolocados em seu lugar no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

6.2.8 Da chamada técnica

6.2.8.1 A chamada técnica compreende:

- a) O deslocamento do técnico até a Unidade solicitante, abrangendo a ida e a volta ao local de origem. **Caso a empresa a ser Contratada decida fazer mais de um deslocamento para resolver um mesmo problema, será computada, para efeito de pagamento, apenas o valor de uma chamada técnica.**
- b) Diagnosticar o(s) problema(s) existente(s) no(s) equipamento(s) e quando possível, efetuar reparos, quando este demandar até 01 (uma) Hora Técnica.

6.2.8.2 O prazo para a empresa a ser Contratada atender as chamadas técnicas será contado da data e hora do recebimento da Solicitação de Serviço – SS, a qual será encaminhada via fax ou e-mail, em dias úteis; nos horários das 08:00h às 17:00h.

6.2.8.3 A empresa a ser Contratada deverá atender as chamadas técnicas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. Em casos caracterizados como emergencial (interrupção da comunicação) o atendimento deverá ser imediato, iniciando-se em no máximo 24 (vinte e quatro) horas contadas da solicitação formal do Parque Nacional de Ilha Grande.

6.2.8.4 O início do atendimento compreende o horário de chegada do técnico ao local de instalação dos equipamentos.

6.2.8.5 O término do serviço compreende a liberação do equipamento para uso em perfeitas condições de

funcionamento.

6.2.9 Da hora técnica

- 6.2.9.1 A hora técnica compreende o tempo destinado a realizar a manutenção corretiva do sistema de radiocomunicação instalado.
- 6.2.9.2 A quantidade de hora técnica destinada a realizar a manutenção corretiva não poderá ser superior a 02 (duas) horas técnicas, salvo em casos complexos, em que a quantidade poderá ser majorada, caso em que deverá ser justificada pela empresa a ser Contratada.
- 6.2.9.3 A empresa a ser contratada deverá indicar em campo próprio no formulário de Solicitação de Serviço a quantidade de horas técnicas necessárias para a realização dos serviços.
- 6.2.9.4 O fiscal do contrato verificará se a quantidade de horas técnicas estabelecidas pela empresa a ser Contratada são de fato necessárias ao conserto dos equipamentos de radiocomunicação.

6.3 Manutenção Preventiva:

- 6.3.1 A manutenção preventiva compreende vistoria a ser realizada por profissional especializado, visando prevenir possíveis problemas de funcionamento do sistema de rádio-comunicação. As vistorias deverão ser realizadas **trimestralmente** e compreenderão os seguintes serviços:

- a) Manutenção de Rádios Portáteis (tipo walk talkie)

- Verificação dos rádios;
- Verificação das baterias;
- Verificação dos carregadores;
- Verificação dos transformadores;
- Verificação das antenas;
- Verificação e alteração das programações; e
- Outros serviços que se façam necessários.

- b) Manutenção das Estações Móveis de Rádio

- Verificação da instalação da estação;
- Verificação da alimentação (baterias);
- Verificação dos fusíveis;

- Verificação das antenas;
- Outros serviços que se façam necessários.

c) Manutenção da Estação Repetidora

- Verificação da programação;
- Verificação da alimentação (baterias);
- Verificação dos cabos e antenas;
- Outros serviços que se façam necessários.

d) Manutenção da Estação de Rádio Link

- Verificação da programação;
- Verificação da alimentação (baterias);
- Verificação dos cabos e antenas;
- Outros serviços que se façam necessários.

6.3.2 Os serviços de que trata este subitem deverão ser realizados a cada 90 dias, mediante prévio agendamento com o fiscal do contrato.

6.3.3 Caso verifique-se na manutenção preventiva a necessidade de substituição de peças, a empresa a ser Contratada deverá apresentar uma cotação, na forma do item 7 deste Termo de Referência, sendo que a troca de peças somente será executada após a aprovação da cotação pelo fiscal do contrato.

6.3.4 Os serviços de manutenção preventiva e troca de peças, caso haja necessidade, serão executados no local onde o(s) equipamento(s) encontra-se(m-se) instalado(s), exceto nos casos em que em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de deslocá-lo(s) até a oficina da empresa a ser Contratada, quando será necessária a autorização do Parna Ilha Grande, sem que o deslocamento incorra em qualquer ônus para o contratante.

6.3.5 Os equipamentos removidos para manutenção ou troca de peças, inclusive estações fixas e antenas repetidoras deverão ser substituídos por outros de propriedade da empresa a ser contratada, os quais deverão ser do mesmo modelo ou similar, a fim de não comprometer o funcionamento dos sistemas de rádio comunicação.

6.3.6 Os equipamentos removidos deverão ser reparados e recolocados em seu lugar no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

6.3.7 A empresa a ser contratada deverá no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, executar uma

manutenção preventiva em conformidade com este subitem.

6.4 Relatório de Assistência Técnica

6.4.1 A empresa a ser Contratada deverá elaborar Relatório de Assistência Técnica, referente à manutenção corretiva e preventiva, quando estas forem realizadas, entregando cópia ao fiscal do contrato. No Relatório deverá constar, dentre outros:

- a) Descrição sumária do(s) equipamento(s) revisado(s) constando marca(s)/modelo(s), nº(s) de série e nº(s) de tombamento patrimonial;
- b) Data, hora de início e término dos serviços;
- c) Condições inadequadas encontradas ou iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos revisados;
- d) Situação do(s) equipamento(s) de radiocomunicação.

7. DA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E/OU ACESSÓRIOS

7.1 As peças e/ou acessórios a serem substituídos pela empresa a ser Contratada deverão ser:

7.1.1 Novos, sem uso e compatíveis com os equipamentos de radiocomunicação existentes no Parna Ilha Grande;

7.1.1 Devolvidos ao Parna Ilha Grande no ato da entrega do equipamento devidamente reparado;

7.2 A substituição de peças e/ou acessórios somente será executada pela empresa a ser Contratada, após a aprovação da cotação e respectiva autorização do fiscal do contrato.

7.3 A empresa a ser Contratada deverá apresentar a cotação nos termos do modelo constante do subitem 21.2.2 deste Termo de Referência, acompanhada de cópia da nota fiscal de compra da(s) peça(s) e/ou acessório(s) a ser(em) fornecido(s) e instalado(s) no(s) equipamento(s) a ser(em) consertado(s).

7.3.1 O(s) preço(s) da(s) peça(s) e/ou acessório(s), a ser(em) fornecido(s) será(ao) o(s) constante(s) da nota fiscal de compra, acrescido(s) pela empresa a ser Contratada de tributos, lucros e custos indiretos, em consonância com a Instrução Normativa SLTI/MP nº. 02 de 30.04.08 com as alterações dadas pela Instrução Normativa 03, de 16 outubro

de 2009, Instrução Normativa 04, de 11 de novembro de 2009 e Instrução Normativa 05, de 18 de dezembro de 2009.

- 7.3.2 A empresa a ser Contratada poderá ofertar um percentual de desconto sobre o(s) preço(s) da(s) peça(s), acessório(s) e componente(s) eletrônico(s) aplicado(s) e/ou fornecido(s);
- 7.3.3 Se na cotação não houver oferta de percentual de desconto, este será considerado de valor 0 (zero);
- 7.3.4 A empresa a ser Contratada deverá indicar, obrigatoriamente, na cotação, o prazo para execução dos serviços orçados, o qual não poderá exceder 10 (dez) dias, contados da data de aprovação da cotação pelo fiscal do contrato;
- 7.3.5 O prazo para execução e envio da cotação não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis contados da data de atendimento da Solicitação de Serviço – SS;
- 7.3.6 O fiscal do contrato poderá recusar a cotação e solicitar à empresa a ser Contratada a sua revisão, onde esta se compromete a executar e fornecer o que lhe for solicitado.

8 DO PREÇO DOS SERVIÇOS

- 8.1 A empresa a ser Contratada será remunerada da seguinte forma:
 - 8.1.1 Mensalmente, pelos serviços de manutenção corretiva (chamada técnica e hora técnica) e/ou manutenção preventiva realizadas bem como da reposição de peças e/ou acessórios fornecidos.
 - 8.1.1.1 No caso de necessidade de manutenção corretiva dos rádios portáteis, o Parna Ilha Grande poderá optar por transportá-los à oficina da empresa a ser Contratada.
 - 8.1.1.2 Ressalta-se que nos casos do subitem anterior, a empresa a ser Contratada será remunerada somente pelos serviços de manutenção (hora técnica), e quando necessário, pela reposição de peças e/ou acessórios, visto que não será necessária a realização da Chamada Técnica.

9. DO PRAZO DE GARANTIA

- 9.1 Os serviços de manutenção corretiva executados deverão ter prazo de garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados do término do reparo e outros serviços que se façam necessários.

- 9.2 As peças e/ou acessórios substituídos não poderão ter prazo de garantia inferior a 06 (seis) meses, salvo uso indevido ou inadequado, caso fortuito e força maior (incluindo fatos da natureza e responsabilidade de terceiros), contados da data do recebimento dos equipamentos devidamente reparados pelo Parna Ilha Grande.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA A SER CONTRATADA

10.1 A empresa a ser Contratada obriga-se a:

- 10.1.1 executar fielmente o contrato, de acordo com as Cláusulas avençadas;
- 10.1.2 fornecer todas as peças e/ou acessórios bem como a mão-de-obra necessária e indispensável à completa e perfeita execução dos serviços;
- 10.1.3 substituir, peças e/ou acessórios, quando solicitado, após a aprovação da respectiva cotação pelo fiscal do contrato, com peças e/ou acessórios originais de reposição, novos, sem uso e compatíveis, vedada a utilização de quaisquer peças e/ou acessórios reconicionados;
- 10.1.4 proceder a execução dos serviços de manutenção corretiva quando solicitado pelo Parna Ilha Grande, dentro do prazo estabelecido;
- 10.1.5 proceder a execução dos serviços de manutenção preventiva trimestralmente;
- 10.1.6 reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços/peças deste Termo de Referência, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços/reposição de peças;
- 10.1.7 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus anexos, conforme Lei nº. 8.666/93;
- 10.1.8 manter preposto para representá-lo quando da execução do contrato;
- 10.1.9 comunicar a fiscalização da UAAF-FI/ICMBio, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

- 10.1.10 prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do contrato, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- 10.1.11 suprir as necessidades do Parna Ilha Grande em caso de interrupção da comunicação em virtude de defeitos diversos, providenciando a substituição dos equipamentos que compõem o sistema de radiocomunicação, até a completa normalização da situação;
- 10.1.12 fazer com que seus empregados se submetam, durante o período de permanência nas dependências da UC para a execução de serviços de manutenção, aos regulamentos de segurança e disciplina da mesma;
- 10.1.13 fornecer ao fiscal do contrato o Relatório de Assistência Técnica, quando proceder a execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva;
- 10.1.14 responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a UAAF-FI/ICMBio ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da UAAF-FI/ICMBio;
- 10.1.15 responder civil, administrativamente e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão, que ocorram durante a realização dos serviços, objeto do contrato;
- 10.1.16 aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- 10.1.17 realizar treinamento para o pessoal do Parna Ilha Grande, a fim de prepará-los no que diz respeito ao funcionamento do sistema de radiocomunicação, cujo treinamento deverá ser realizado na sede da UC, mediante prévio agendamento com o fiscal do contrato;
- 10.1.18 devolver ao Parna Ilha Grande, no ato da entrega do(s) equipamento(s) reparado(s), as peças e/ou acessórios substituídos;
- 10.1.19 efetuar no vencimento do Contrato, a correta destinação das peças e/ou acessórios substituídos durante o período, entregues à UC e assim sucessivamente em caso de prorrogação do mesmo, em conformidade com a Resolução 257/99 do CONAMA.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA UAAF-FI/ICMBio

11.1 A UAAF-FI/ICMBio obriga-se a:

- 11.1.1 acompanhar e efetuar a fiscalização dos serviços contratados, devendo para tanto nomear um fiscal de contrato que se responsabilizará pelo acompanhamento dos serviços, conferência e atesto das faturas e cumprimento das demais exigências previstas neste documento;
- 11.1.2 rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato;
- 11.1.3 assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;
- 11.1.4 colocar à disposição da empresa a ser Contratada, todas as informações necessárias à execução dos serviços de manutenção;
- 11.1.5 observar, para que durante toda a execução do contrato, seja mantida em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no Edital;
- 11.1.6 analisar e aprovar as cotações de peças/acessórios a serem substituídos, encaminhadas pela empresa a ser Contratada;
- 11.1.7 efetuar o pagamento pelos serviços prestados pela empresa a ser Contratada, conforme cláusulas e condições pactuadas;
- 11.1.8 exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer preposto que não mereça confiança no trato dos serviços ou que atrapalhe a fiscalização, ou, ainda, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- 11.1.9 informar, mediante ofício, a empresa a ser Contratada sobre quaisquer inclusões, substituições e/ou exclusões de equipamentos de radiocomunicação listados no Documento I/B deste Termo de Referência.

12. DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 12.1 A empresa a ser Contratada deverá adotar, quando couber, as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental, em conformidade com a Instrução Normativa 01, de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

- 12.1.1 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.
- 12.1.2 Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº. 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº. 5.940, de 25 de outubro de 2006.
- 12.1.3 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- 12.1.4 Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº. 257, de 30 de junho de 1999.

13. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 13.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura e poderá ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a UAAF-FI/ICMBio, podendo ser alterado em conformidade com o disposto no Art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

14. DOS CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

- 14.1 Para fins de julgamento das propostas, respeitando-se os preceitos constitucionais insculpidos no art. 37, inciso XXI e do art. 3º da Lei nº. 8.666/93, preservado o princípio da isonomia entre os licitantes, as Planilhas de Custos e Formação de Preços, nos moldes da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, com as alterações dadas pela Instrução Normativa 03, de 16 de outubro de 2009, Instrução Normativa 04, de 11 de novembro de 2009 e Instrução Normativa 05, de 18 de dezembro de 2009, deverão conter o detalhamento dos custos que compõem o respectivo preço do serviço, e serão levados em consideração:
 - a) A empresa a ser contratada deverá apresentar o preço dos itens que compõe o lote, o qual compreende a manutenção corretiva e a preventiva do sistema de radiocomunicação do Parque Nacional de Ilha Grande.
 - b) O preço proposto da manutenção corretiva deverá ser cotado por preço unitário da Chamada Técnica e da Hora Técnica, e o da manutenção corretiva pelo preço unitário da execução desse serviço, devendo no valor total do lote estarem incluídos todos os custos

diretos e indiretos, como: encargos sociais; previdenciários; fiscais; comerciais; inclusive tributos e/ou impostos e taxa; contribuições; fretes, deslocamento de pessoal, despesas administrativas, lucros e outras despesas que incidam ou venham incidir na prestação dos serviços, necessários a composição do preço final proposto;

- c) As alíquotas dos tributos deverão ser cotadas de acordo com a natureza de cada licitante, submetida ao regime de tributação específica, observando a legislação vigente, em especial as Instruções Normativas editadas pela Secretaria da Receita Federal e Acórdão 950/2007 – TCU;
- d) **O imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL -**, que não podem ser repassados à UAAF-FI/ICMBio, não serão incluídos na proposta de preços apresentada, sendo obrigação exclusiva da contratada.
- e) A empresa a ser Contratada deverá preencher obrigatoriamente uma planilha de custos contendo o valor total do lote, não se aceitando valores iguais a 0 (zero) em nenhum dos itens que a compõe, **sob pena de desclassificação da proposta**. Os itens que devam obrigatoriamente levar valor igual a 0 (zero), serão assim aceitos a título de exceção.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1 O pagamento será efetuado pela UAAF-FI/ICMBio, **mensalmente**, por meio de Ordem Bancária, a favor da Empresa a ser Contratada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, mediante a apresentação das Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) dos serviços executados e/ou das peças e/ou acessórios substituídos, devidamente atestada a sua conformidade pelo fiscal designado para acompanhar e fiscalizar a execução contratual.
- 15.2 Para fins do pagamento, a empresa a ser Contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação cuja confirmação será feita através de consulta “on line” ao SICAF e ao Tribunal Superior do Trabalho, sendo juntadas ao processo a “Declaração de Situação” do SICAF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
 - 15.2.1 Na impossibilidade de acesso ao Sistema SICAF, a consulta será feita aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93.
 - 15.2.2 Constatada a situação de irregularidade da empresa a ser Contratada junto ao SICAF ou ao Tribunal Superior do Trabalho, o pagamento dos serviços efetivamente realizados e das peças e ou acessórios fornecidos não será suspenso. Porém, a empresa a ser Contratada receberá uma notificação para que no prazo de 15 (quinze) dias, regularize sua situação ou no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão contratual.

- 15.2.3 A critério da UAAF-FI/ICMBio, o prazo para a empresa a ser Contratada regularizar sua situação ou apresentar sua defesa poderá ser prorrogado.
- 15.3 A empresa a ser Contratada, quando da emissão da Nota Fiscal, deverá destacar, na mesma, o valor da retenção dos tributos/contribuições, conforme previsto no art. 64 da Lei 9.430 de 27.12.96 e na Instrução Normativa SRF nº. 480 de 15.12.2004, ou aquela que vier a sucedê-la.
- 15.4 Se a empresa a ser Contratada for optante pelo SIMPLES, deverá anexar à fatura declaração constante no Anexo IV da Instrução Normativa SRF n. 480, de 15 de dezembro de 2004, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, situação em que não incidirá a retenção disposta no item acima.
- 15.5 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser atestada pelo Fiscal do contrato, nomeado pela autoridade competente da UAAF-FI/ICMBio, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- 15.6 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à empresa a ser Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a UAAF-FI/ICMBio.
- 15.7 O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo para isso ficar explícito o nome do Banco, Agência, Localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- 15.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a empresa a ser Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido pela UAAF-FI/ICMBio entre a data prevista nesta cláusula e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela a ser paga;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira que será igual a 0,00016438, assim apurado:

$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$ <p>Onde:</p> <p>TX = Percentual da taxa anual = 6%</p>
--

- 15.9 Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da UAAF-FI/ICMBio .

16. DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 16.1. Os preços dos serviços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação da proposta, nos termos da Lei n. 10.192, de 14.02.2001, aplicando-se a variação do Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna – IGP DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ocorrida no período, ou outro indicador que o venha a substituir.
- 16.2. Caberá a empresa a ser Contratada efetuar os cálculos relativos ao reajuste dos preços dos serviços e submetê-los a aprovação da UAAF-FI/ICMBio.

17. DA FISCALIZAÇÃO

- 17.1 A UAAF-FI/ICMBio designará um fiscal do contrato para acompanhamento e fiscalização da sua execução, que registrará em relatório todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- 17.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato serão solicitadas à autoridade competente da UAAF-FI/ICMBio, para adoção das medidas convenientes, consoante o disposto no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93.
- 17.3 Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 17.4 É direito da fiscalização, rejeitar quaisquer serviços quando entender que sua execução está irregular.

- 17.5 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela Empresa a ser Contratada, ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme o disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.6. O Fiscal do Contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 17.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa a ser contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da UAAF-FI/ICMBio, ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

18. DAS SANÇÕES

- 18.1 Com fundamento no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigo 28 do Decreto 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estado, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada do SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa, a empresa a ser Contratada que:
- 18.1.1 apresentar documentação falsa;
 - 18.1.2 não mantiver sua proposta;
 - 18.1.3 retardar a execução do objeto do contrato;
 - 18.1.4 falhar na execução do contrato;
 - 18.1.5 fraudar na execução do contrato;
 - 18.1.6 comportar-se de modo inidôneo;
 - 18.1.7 fizer declaração falsa;
 - 18.1.8 cometer fraude fiscal;
 - 18.1.9 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

- 18.2 Para os fins do subitem 18.1.6, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº. 8.666/1993.
- 18.3 Para as condutas descritas nos subitens 18.1.1, 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, será aplicada a empresa a ser Contratada multa de no máximo, 20% (vinte por cento) do valor estimado do contrato.
- 18.4 Para os fins dos subitens 18.1.2 e 18.1.3 será aplicada multa a empresa a ser Contratada, no valor de 10% (dez por cento) do valor estimado do contrato.
- 18.5 Para os fins do subitem 18.1.9 será aplicada multa nas seguintes condições:
- a) até o máximo de 15% (quinze por cento) do valor estimado do contrato, no caso de inexecução parcial do contrato, conforme graduação estabelecida nas tabelas 01 e 02 abaixo:

Tabela 01

GRAU	PERCENTUAL	CORRESPONDÊNCIA
01	03%	Sobre o valor estimado do contrato
02	05%	
03	08%	
04	10%	
05	12%	
06	15%	

Tabela 02

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais por ocorrência;	06
02	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, caracterizando inexecução parcial do contrato, por ocorrência;	05
03	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por ocorrência;	04
Para os itens seguintes, deixar de:		
04	Proceder à execução dos serviços de manutenção corretiva, por ocorrência;	04
05	Fornecer peças e/ou acessórios de reposição novos,	03

	sem uso e compatíveis, por ocorrência;	
06	Realizar a manutenção corretiva por técnico especializado, por ocorrência;	03
07	Executar e enviar a cotação das peças e/ou acessórios, em no máximo 02 (dois) dias contados da data de atendimento da Solicitação de Serviço – SS, por ocorrência;	02
08	Atender as chamadas técnicas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas e em casos emergenciais em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação formal da UAAF-FI/ICMBio, por ocorrência;	03
09	Reparar e recolocar os equipamentos removidos para manutenção corretiva, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data de aprovação da cotação pelo fiscal do contrato, por ocorrência;	03
10	Manter preposto, por ocorrência;	02
11	Fornecer todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da UAAF-FI/ICMBio, por ocorrência;	01
12	Assinar o contrato;	06
13	Apresentar Relatório de Assistência Técnica quando da realização da manutenção corretiva e preventiva, por ocorrência;	06
14	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência;	02
15	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela UAAF-FI/ICMBio, por item e por ocorrência	03

- b) multa de 20% (vinte por cento) do valor estimado do contrato, no caso de inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

- 18.6 Será configurada a inexecução total do objeto, quando os serviços deixarem de ser executados por mais de 30 (trinta) dias.
- 18.7 Para fins de aplicação das multas, o valor anual estimado do contrato será a soma do valor estimado dos serviços de manutenção (corretiva e preventiva) e o valor estimado das peças e/ou acessórios aplicados.
- 18.8 Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, a empresa a ser Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela UAAF-FI/ICMBio, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação do contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades

- a) Advertência;

- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ICMBio, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa a ser Contratada ressarcir o UAAF-FI/ICMBio pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

18.9 As sanções de multa, após regular processo administrativo, poderão ser aplicadas a Empresa a ser Contratada juntamente com as de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ICMBio e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, descontando-a do pagamento a ser efetuado, e quando o valor for insuficiente, a diferença será cobrada judicialmente.

18.10 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ICMBio, a Empresa a ser Contratada deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

18.11 A critério da UAAF-FI/ICMBio, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando a inexecução total ou parcial das condições pactuadas for devidamente justificada pela empresa a ser Contratada e aceita pela UAAF-FI/ICMBio, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1 A empresa a ser Contratada não poderá subcontratar a terceiros, os serviços objeto deste Termo de Referência.

20. DA VISTORIA

20.1 A vistoria aos locais onde estão instalados o sistema de radiocomunicação do Parque Nacional de Ilha Grande, de caráter **facultativo**, deverá ser previamente agendada por meio do telefone abaixo especificado e realizada em dia útil, no horário das 9h às 17h, até 03 (três) dias úteis anteriores à abertura da sessão pública.

LOCAL	TELEFONE	CONTATO
Parque Nacional de Ilha Grande	(44) 3624 1776	Térsio Abel Pezenti

20.2 Pelo fato de ser facultativa, a vistoria não ensejará a emissão de nenhum comprovante pela Unidade acima citada.

20.3 Em nenhuma hipótese a empresa a ser Contratada, quer realize ou não a vistoria, poderá alegar desconhecimento de informações e de condições para o cumprimento das obrigações como justificativa para inexecução ou execução irregular do objeto a ser contratado.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 A adjudicação será feita a empresa que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Termo de Referência e ofertar o **MENOR PREÇO POR LOTE** para a prestação dos serviços.

21.2 Documentos complementares:

21.2.1 Modelo de Solicitação de Serviço – SS



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE

PROCESSO Nº _____

CONTRATO Nº ____/____.

CONTRATADA: _____

SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO - SS Nº: ____/____

DO ATENDIMENTO

- ☐ Caráter normal – prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
☐ Caráter emergencial – prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

DO EQUIPAMENTO

Modelo/Tipo:

Tombamento:

OBS:

DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

DO RECEBIMENTO E ATENDIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO

Solicitante

____/____/____ ____:____ h
Data e Horário do envio da Solicitação de Serviço

Técnico que atendeu a Chamada Técnica

____/____/____ ____:____ h
Data e Horário do atendimento da Solicitação de Serviço

DAS HORAS TÉCNICAS

Quantidade de horas necessárias para a
realização do serviço: _____

Técnico que atendeu a Chamada Técnica

Quantidade de horas utilizadas para realização do
serviço: _____

Fiscal do contrato

21.2.2 Modelo de cotação das peças/ acessórios

(em papel personalizado da empresa)

COTAÇÃO

DADOS DO EQUIPAMENTO

Modelo/Tipo:

Nº Tombamento:

OBS:

O prazo para a substituição das peças será de _____ dias.

(O prazo máximo para a execução do serviço será de 10 (dez) dias, contados da data de aprovação da cotação pelo fiscal do contrato, conforme item 7.3.4 do Termo de Referência).

VALOR DAS PEÇAS/ ACESSÓRIOS

Item	Descrição da Nota Fiscal do Fornecedor			Qtde	Valor Unitário de aquisição (1)	Valor Total de aquisição (2)	Custos Indiretos (3)	Lucro (4)	Tributos (5)	Valor Total (6) (2+3+4+5)	Desconto (7)	Valor Total c/ Desconto (8) (6 – 7)
	Nº	Código da Peça e/ou Acessório	Especificação da Peça e/ou Acessório				____% *	____% *			____% *	
01												
02												
03												
						Total						

(*) Deverão ser aplicados os mesmos percentuais dos custos Indiretos, lucro apresentados na planilha de Custos e Formação de Preço dos serviços e o percentual de desconto apresentado na proposta comercial.

Aprovado:

Local e data

Nome, cargo e assinatura do responsável

Nome, e assinatura do fiscal do contrato

- 21.3 Qualquer pedido de esclarecimento deverá ser feito na forma definida no Edital.

Umuarama, 10 de setembro de 2012.

Romano Pulzatto Neto
Analista ambiental

Aprovo o presente Termo de Referência tendo em vista a necessidade do desenvolvimento efetivo de atividades de administração e manejo do Parque Nacional de Ilha Grande/PR.

Salete Ferreira da Costa
Chefe da Unidade Avançada de Administração e Finanças Foz do Iguaçu
ICMBio